



ACÓRDÃO Nº537/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10713/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Canutama.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Marlete Nunes Brandão (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ênia Jéssica da Silva Garcia - OAB/AM 10.416.
- 7- **Unidade Técnica:** DICREA, DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1043/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Canutama. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Recomendação. Comunicação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anuais da Câmara Municipal de Canutama, referente ao Exercício de 2014, sob responsabilidade da **Sra. Marlete Nunes Brandão**, Presidente da Câmara Municipal de Canutama à época, nos termos do art. 1º, II e art. 22, III, "b" e "c" da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 5º, II, da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE;
- 10.2. **Aplicar Multa à Sra. Marlete Nunes Brandão**, Presidente da Câmara Municipal de Canutama no exercício de 2014, no valor total de **R\$ 23.413,60** (vinte e três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), nos moldes descritos abaixo:
 - 10.2.1. no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) **por cada semestre** de atraso na publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, ou seja, 1º e 2º semestres de 2014, **totalizando o valor de R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), com fulcro no art. 308, I, c, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, com nova redação dada pela Resolução n. 04/2018-TCE/AM, conforme análise do item 1.1 do voto;
 - 10.2.2. no valor de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil,



ACÓRDÃO Nº537/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pela Resolução n. 04/2018-TCE/AM, devido às graves restrições não sanadas dos itens 1.2, 1.4, 2.1, 2.2, 2.5, 2.8, 2.15 e 3.3 do voto;

10.2.3. FIXE o prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável proceda com o recolhimento da multa para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devendo a responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.2.4. AUTORIZA a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

10.3. Considerar em Alcance a Sra. Marlete Nunes Brandão, Presidente da Câmara Municipal de Canutama no exercício de 2014, no valor total de **R\$ 40.101,48** (quarenta mil, cento e um reais e quarenta e oito centavos), com fulcro no art. 304, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos moldes descritos abaixo:

10.3.1. no valor de **R\$ 2.705,30** (dois mil, setecentos e cinco reais e trinta centavos), em razão das despesas com recursos públicos efetuadas ilegalmente, sem a devida comprovação do uso de materiais de construção adquiridos, conforme análise do item 2.4 do voto;

10.3.2. no valor de **R\$ 3.055,30** (três mil e cinquenta e cinco reais, e trinta centavos) em razão das despesas com recursos públicos efetuadas ilegalmente, sem a devida comprovação do uso de materiais elétricos e hidráulicos, conforme análise do item 2.7 do voto;

10.3.3. no valor de **R\$ 14.067,00** (quatorze mil e sessenta e sete reais), em razão das despesas com recursos públicos efetuadas ilegalmente, sem a devida comprovação da entrada e saída dos materiais e da efetiva prestação do serviço elencado no item 2.9 do voto;

10.3.4. no valor de **R\$ 7.118,68** (sete mil, cento e dezoito reais e sessenta e oito centavos), em razão das despesas com recursos públicos efetuadas ilegalmente, sem a devida comprovação da necessidade e dos beneficiados com os gêneros alimentícios identificados no item 2.12 do voto;

10.3.5. no valor de **R\$ 2.055,20** (dois mil e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), em razão das despesas com recursos públicos



ACÓRDÃO Nº537/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

efetuadas ilegalmente, sem a devida comprovação da entrada e saída de materiais de consumo, conforme análise do item 2.13;

10.3.6. no valor de **R\$ 11.100,00** (onze mil e cem reais) em razão das despesas com recursos públicos efetuadas ilegalmente, sem a devida comprovação da necessidade e da efetiva prestação do serviço, conforme análise do item 2.14;

10.3.7. FIXAR PRAZO de 30 (trinta) dias para o recolhimento do valor mencionado acima à esfera Municipal, para Câmara Municipal de Canutama, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

- 10.4. Determinar ao atual gestor da Câmara Municipal de Canutama** o cumprimento disposto na análise das restrições dos itens 1.3, 2.6 e 2.11 do voto;
- 10.5. Recomendar ao atual gestor da Câmara Municipal de Canutama** o cumprimento do disposto na análise das restrições constantes nos itens 3.1 e 3.2 do voto;
- 10.6. Comunicar** o Ministério Público do Estado do Amazonas e a Procuradoria Geral do Município acerca das irregularidades apontadas nos presentes autos, enviando-lhe cópia digital do presente processo, para adoção das medidas que entender cabíveis.

11- Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Julho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral